

**RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E
PROTEÇÃO DE MANANCIAIS DOS COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS
PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ
– POLÍTICA DE MANANCIAIS PCJ –**

**COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ
– COMITÊS PCJ –**

**FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI
E JUNDIAÍ
– AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ –**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. Contextualização sobre a tendência da evolução dos investimentos em infraestrutura natural	3
1.2. Criação da Política de Mananciais e suas revisões	3
2. A ASSESSORIA AMBIENTAL.....	5
3. EDITAIS DE SELEÇÃO – PROTEÇÃO DE MANANCIAIS PCJ	7
3.1. Histórico editais anteriores	7
3.2. Edital Exercício 2023.....	9
3.3. Editais em fluxo contínuo para os Exercícios de 2022 a 2025.....	9
3.4. Para o exercício 2024 – Deliberação publicada em 2023.....	10
4. INDICAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS (ÁREAS E PROPOSTAS).....	10
4.1. Deliberação dos Comitês PCJ nº 445/2023.....	10
4.2. Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 457/2023.....	11
5. EXECUÇÕES.....	11
5.1. Projetos Integrais de Propriedade (PIPs).	11
5.2. Restauração em áreas prioritárias.....	12
5.3. Investimentos em Programas de PSA – Pagamento por Serviços Ambientais	13
5.4. Unidade Coordenadora de Execução.....	15
6. REFERÊNCIAS.....	16

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1 – Priorização dos Municípios e Áreas de Contribuições (ACs) para o “Tema de Conservação e Uso do Solo e da Água no Meio Rural e Recomposição Florestal”.....	5
---	---

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 1 – Classificação de empreendimentos, conforme Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 002/2022.	10
Quadro 2 – Classificação de empreendimentos, na suplência conforme Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 002/2022.....	11
Quadro 3 – Área indicada visando à contratação pela Agência das Bacias PCJ com Recursos da Cobrança PCJ Federal constantes do PAP-PCJ 2021-2025, exercício de 2023, no âmbito do Programa I da Política de Mananciais PCJ.	11
Quadro 4 – Relação de iniciativas – PIPs	11
Quadro 5 – Relação de intervenções de restauração ecológica.....	12
Quadro 6 – Relação de iniciativas – PSA.....	13
Quadro 7 – Relação de ações através das UCEs	15

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização sobre a tendência da evolução dos investimentos em infraestrutura natural

Investir em infraestrutura natural tem se mostrado uma importante ação, diante da necessidade de melhoria da qualidade e quantidade de água, a partir da preservação dos mananciais de abastecimento público nas Bacias PCJ. Historicamente, desde 1994, os investimentos priorizados pelos Comitês PCJ foram concentrados nas áreas de saneamento, controle de perdas hídricas e monitoramento hidrológico. Entretanto, os investimentos em infraestrutura natural começaram a ser priorizados pelos Comitês PCJ, a partir da criação da Política de Mananciais PCJ. Dessa forma, os Comitês PCJ, por meio da Agência das Bacias PCJ, passaram a investir na melhoria da resiliência nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, a partir do incentivo à preservação dos fragmentos de vegetação existentes, de maneira concomitante com o manejo de solos para a sustentabilidade econômica da propriedade rural, como também, na restauração ecológica em áreas degradadas, visando à recuperação, conservação e proteção dos mananciais existentes. É nesse contexto que surge a Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ, cujos instrumentos norteadores se fortalecem e buscam conciliar as ações necessárias para a criação da infraestrutura natural ao lado da infraestrutura cinza dentro das Bacias PCJ. De maneira ampla, o instrumento que estabelece critérios para identificação e priorização de áreas para recomposição florestal e preservação de fragmentos é o [Plano Diretor para Recomposição Florestal](#) (PDRF). Para harmonizar as ações, promover a operacionalização e a aplicação eficiente dos investimentos necessários, existe a Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais, que tem interface com o PDRF. De certa forma, ambos os instrumentos são fundamentais para promover engajamento e articulação entre os atores envolvidos nas ações, programas e projetos voltados à proteção de mananciais.

1.2. Criação da Política de Mananciais e suas revisões

A crise hídrica vivenciada entre os anos de 2014 e 2015, impactou significativamente a disponibilidade hídrica nas Bacias PCJ. Foram longos períodos de escassez hídrica que afetaram não somente os ecossistemas aquáticos, mas o desenvolvimento econômico local, principalmente o setor industrial. Este período de eventos extremos fez com que fossem discutidas políticas públicas capazes de integrar as questões ambientais, econômicas e sociais para um desenvolvimento mais sustentável. E foi neste contexto de crise hídrica que os Comitês PCJ, sensíveis aos problemas hídricos e preocupados com a recuperação, a proteção e a preservação dos mananciais existentes, entenderam a necessidade de se promover um equilíbrio entre a obrigação da proteção dos recursos naturais e ambientais, com as necessidades humanas de ordem econômica e social, no âmbito da gestão de recursos hídricos.

A partir deste entendimento, os Comitês PCJ aprovaram a [Deliberação dos Comitês PCJ nº 238/2015](#), de 23/10/2015, cuja ementa “*Aprova a Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ, que dispõe sobre as Ações para Produção e Conservação das Águas, Recuperação e Conservação do Solo e da Vegetação Nativa nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação de recursos financeiros das Cobranças PCJ e demais fundos financeiros.*”, também chamada de “Política de Mananciais PCJ”, a qual estabeleceu diretrizes e instrumentos propondo-se à conservação das águas, recuperação e conservação do solo, e da vegetação nativa na área que compreende as Bacias PCJ.

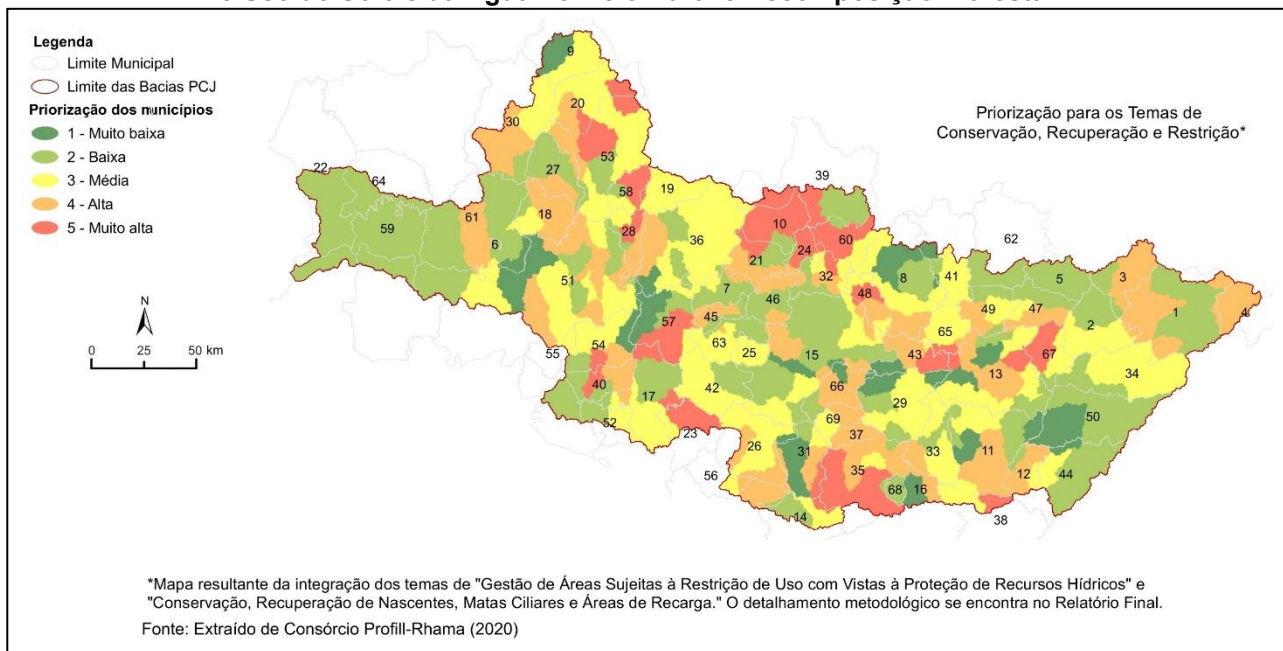
Em 2016 a Política de Mananciais PCJ, no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ, foi submetida à alteração, para posterior apreciação do Plenário dos Comitês PCJ, conforme a [Deliberação dos Comitês PCJ nº 270](#), de 31/03/2017, onde “*Altera a Deliberação dos Comitês PCJ nº 238/2015, de 23/10/2015, que aprovou a Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ, no que se refere à redação do texto e aos anexos*”. Quando aprovada pela primeira vez em 2015, a Política de Mananciais PCJ possuía os quatro programas, mas eles não possuíam os procedimentos metodológicos que norteassem as suas execuções. Com muito empenho por parte dos membros do GT-MANANCIAIS, em conjunto com a Agência PCJ, os procedimentos metodológicos do Programa I – Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse, foram delineados. Além dos procedimentos metodológicos do Programa I, foi revisto o conteúdo do PROJETO INTEGRAL DE PROPRIEDADE – PIP, também da referida política, que tem como objetivo diagnosticar a propriedade rural quanto à CONSERVAÇÃO DO SOLO, SANEAMENTO RURAL, a CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E CARREADORES e CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (cursos de água e nascentes) E RESERVAS LEGAIS, visando a adequação ambiental e especialmente a restauração ecológica de um conjunto de propriedades, localizadas em uma ou mais sub-bacias definidas pelo município, sempre com importância para o abastecimento público de água. Ainda em 2017, a Política de Mananciais recebeu uma nova redação aprovada pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 284/2017](#), de 15/12/2017, que “*Aprova nova redação da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ e dá outras providências*”.

Em 2018, uma nova revisão da Política de Mananciais PCJ foi aprovada por meio da [Deliberação dos Comitês PCJ nº 307/2018](#), de 14/12/2018, cuja ementa “*Aprova a Revisão da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ e dá outras providências*”.

A Política de Mananciais PCJ funciona como ferramenta de apoio à conservação das águas, do solo, da vegetação nativa, de áreas úmidas, dos brejos, das lagoas marginais e de nascentes. Tal

ferramenta garante acesso de forma segura e protegida aos recursos hídricos, além de orientar iniciativas voluntárias de recuperação.

Figura 1 – Priorização dos Municípios e Áreas de Contribuições (ACs) para o “Tema de Conservação e Uso do Solo e da Água no Meio Rural e Recomposição Florestal”.



Fonte: Mapa 3.5 do Relatório Síntese do Plano das Bacias PCJ 2020-2035 – Consórcio Profill-Rhama

O mapa acima, apresenta as Bacias PCJ dividida em municípios e áreas de contribuições (ACs). Este mapa foi criado a partir da discretização da distribuição proporcional dos seguintes descritores nas ACs:

- Áreas de Proteção Permanentes (APPs) dos cursos d'água;
- Áreas de recarga;
- Déficit de mata ciliar;
- Demanda florestal;
- Situação das nascentes, e
- Unidades de Conservação.

2. A ASSESSORIA AMBIENTAL

A Assessoria Ambiental da Fundação Agência das Bacias PCJ foi criada em função da necessidade de desenvolver as ações e demandas relacionadas à implementação da Política de Mananciais PCJ. O setor tem suas atividades pautadas pela temática da "[Conservação e Uso do Solo e da Água no Meio Rural e Recomposição Florestal](#)" e seus subtemas, conforme o [Plano das Bacias PCJ 2020-2035](#), que possui interface com a Política de Mananciais PCJ.

Os Comitês PCJ, trabalharam no sentido de ampliar os investimentos em soluções baseadas na natureza, como forma de propiciar a melhoria nas condições quali-quantitativas do volume de água dos mananciais nas Bacias PCJ. São iniciativas que resultam, a longo prazo, na redução do custo de tratamento da água que será destinada ao abastecimento público dos municípios presentes neste território, complementando, assim, os investimentos em soluções construídas.

A Assessoria Ambiental atua no acompanhamento das discussões do [Grupo de Trabalho Mananciais – GT Mananciais](#), formado por membros da [CT-Rural](#) e da [CT-RN](#), na qualidade de corpo executivo das ações de fomento e apoio da execução dos seguintes programas:

- I. Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse – Exequível por meio do desenvolvimento de PIPs – Projetos Integrals de Propriedade e da posterior execução das ações de restauração ecológica e adequação ambiental pertinentes;
- II. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) – Exequível por meio do incentivo econômico a proprietários cujas áreas sejam produtoras de serviços ambientais; execução de ações de restauração inerentes a projetos e/ou programas de PSA e, por meio da UCE – Unidade Coordenadora de Execução, que caracteriza o agente responsável pelo monitoramento de projetos e/ou programas de PSA;
- III. Apoio a Áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos – contempla ações de apoio e manejo de áreas sujeitas a restrição de uso, no âmbito do território das Bacias PCJ (UGRHI 05 no Estado de São Paulo e UPGRH PJ 1 no Estado de Minas Gerais), e
- IV. Proteção da Mata Atlântica e Cerrado – contempla ações para apoiar, conforme previsto na [Lei Federal nº 11.428/2006](#), de 22/12/2006, “*Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.*”, bem como na Política Estadual Paulista, de acordo a [Lei nº 13.550/2009](#), de 02/06/2009, que “*Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado, e dá providências correlatas.*”.

Nesse sentido, operacionaliza os processos de seleção de áreas e de empreendimentos publicados periodicamente através das Deliberações dos Comitês PCJ, com recursos oriundos das Cobranças PCJ. Dentro de suas atribuições, ainda, é responsável pela gestão e operacionalização do Projeto Levantamento de Unidades para Investimentos em Serviços Ambientais, conhecido como “[Projeto LUISA-PCJ](#)”, através de aplicativos e soluções baseadas em geoinformação, respondendo à necessidade de coletar, processar, integrar e disponibilizar dados, demandas e atores envolvidos na temática, alavancando a implementação de ações de proteção de mananciais em escala.

3. EDITAIS DE SELEÇÃO – PROTEÇÃO DE MANANCIAIS PCJ

Dentre as estratégias estabelecidas pelos Comitês PCJ para o alcance das metas do Plano das Bacias PCJ 2020-2035, está a execução de ações por meio de editais de seleção, conforme as prioridades e temáticas elencadas e estabelecidas no plano. A temática “Conservação e Uso do Solo e da Água no Meio Rural e Recuperação Florestal” – “Conservação, Recuperação e Restrição”, é objeto dos processos de seleção inerentes à Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ.

A [Assessoria Ambiental](#), orientada pela Diretoria Técnica da Agência das Bacias PCJ, é responsável por operacionalizar os [processos de seleção de áreas e de empreendimentos](#) relacionados à Política de Mananciais PCJ, desde a inscrição até a indicação dos tomadores que receberão os recursos disponibilizados em cada exercício (Cobrança PCJ Paulista e Cobrança PCJ Federal), contratação da ação, além do acompanhamento do andamento do empreendimento ou da ação até o seu encerramento.

3.1. Histórico editais anteriores

Em dezembro de 2017 (exercício 2018), foi lançado o primeiro edital, conforme a [Deliberação dos Comitês PCJ nº 285/2017](#), de 15/12/2017, que “*Define cronograma e regras para seleção de áreas e de propostas no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, visando à contratação no âmbito do PAP-PCJ 2017-2020, com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio federal – Cobrança PCJ Federal*”, para financiamento de ações relacionadas aos Programas I e II. Em dezembro de 2018 (exercício 2019), o segundo edital foi lançado conforme a [Deliberação dos Comitês PCJ nº 308/2018](#), de 14/12/2018, que “*Define cronograma e regras para seleção de áreas e de propostas no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, visando à contratação no âmbito do PAP-PCJ 2017-2020, com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União – Cobrança PCJ Federal – Exercício 2019*”, este também relacionado aos Programas I e II.

Em março de 2021 (exercício 2021), os Comitês PCJ aprovaram “*ad referendum*”, as seguintes Deliberações inerentes aos Editais da Política de Mananciais 2021:

- [Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 354/2021](#), de 05/03/2021, conforme definido em seu preâmbulo: “*Define cronograma e regras para seleção de áreas de interesse para desenvolvimento de ações do Programa I no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, para o Programa de Duração Continuada 4 – Proteção dos Corpos D’água, com recursos da Cobrança PCJ Federal, referente ao orçamento do PAP-PCJ 2021- 2025 e dá outras providências*”.

- [Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 355/2021](#), de 05/03/2021, conforme definido em seu preâmbulo: *“Define cronograma e regras gerais e específicas para seleção de empreendimentos visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos de domínio do estado de São Paulo nas Bacias PCJ – Cobrança PCJ Paulista, no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, referente ao orçamento de 2021 e dá outras providências”*.

Em novembro de 2021 (exercício 2022), os Comitês PCJ aprovaram *ad referendum*, as seguintes Deliberações inerentes aos Editais da Política de Mananciais 2022 – Cobrança PCJ Paulista:

- [Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 382/2021](#), de 12/11/2021, conforme definido em seu preâmbulo: *“Define cronograma e regras gerais e específicas, para seleção de empreendimentos, visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, em Rios de domínio do Estado de São Paulo nas Bacias PCJ – Cobranças PCJ Paulista, no âmbito do Programa I da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, referente ao orçamento de 2022 e dá outras providências”*;
- [Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 383/2021](#), de 12/11/2021, conforme define seu preâmbulo: *“Define cronograma e regras gerais e específicas para seleção de empreendimentos visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos em Rios de Domínio do Estado de São Paulo nas Bacias PCJ – Cobrança PCJ Paulista, no âmbito do Programa II da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, referente ao orçamento do exercício de 2022 e dá outras providências”*.

Em dezembro de 2021 (exercícios 2022 a 2025), os Comitês PCJ aprovaram a seguinte Deliberação inerente ao Edital da Política de Mananciais 2022 a 2025 – Cobrança PCJ Federal:

- [Deliberação dos Comitês PCJ nº 398/2021](#), de 10/12/2021, conforme definido em seu preâmbulo: *“Define cronograma e regras para seleção de áreas de interesse para desenvolvimento de ações do Programa I da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos de domínio da União nas Bacias PCJ – Cobrança PCJ Federal, constantes do PAP- PCJ 2021-2025, para indicação nos exercícios de 2022 a 2025, e dá outras providências”*.

3.2. Edital Exercício 2023

A partir do ano de 2022 para o exercício 2023, os Comitês PCJ aprovaram o seguinte “**Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 002/2022**”, inerentes aos Editais da Política de Mananciais, com recursos financeiros da Cobrança PCJ Federal, conforme a deliberação abaixo:

- [Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 424/2022](#), de 10/11/2022, conforme definido em seu preâmbulo: “*Aprova o Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 002/2022, que define critérios gerais para a aplicação de recursos da Cobrança PCJ Federal na temática de proteção e conservação dos recursos hídricos para o exercício de 2023*”.

3.3. Editais em fluxo contínuo para os Exercícios de 2022 a 2025

Em dezembro de 2021, os Comitês PCJ aprovaram a seguinte deliberação inerente ao Edital da Política de Mananciais para os Exercício de 2022 a 2025, com recursos financeiros da Cobrança PCJ Federal:

- [Deliberação dos Comitês PCJ nº 398/2021](#), de 10/12/2021, conforme definido em seu preâmbulo: “*Define cronograma e regras para seleção de áreas de interesse para desenvolvimento de ações do Programa I da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos de domínio da União nas Bacias PCJ – Cobrança PCJ Federal, constantes do PAP-PCJ 2021-2025, para indicação nos exercícios de 2022 a 2025, e dá outras providências*”.

As regras constantes na deliberação acima, tem em vista à seleção de áreas de mananciais de interesse para o abastecimento público nas Bacias PCJ, fomentando o planejamento e desenvolvimento de ações no âmbito do Programa I – Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse, previsto na Política de Mananciais PCJ, aprovada pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 307/2018](#), de 14/12/2018.

A ação passível de inscrição no âmbito do referido Programa I é a seleção de áreas de mananciais nas Bacias PCJ, com o objetivo futuro de elaboração de Diagnóstico Ambiental com Projeto Executivo de Adequação Ambiental em área de microbacia de interesse para o abastecimento público e entorno, por meio de Projetos Integrais de Propriedade – PIPs. **O presente processo de seleção tem caráter contínuo até 2025**, quando finda o período de execução do [PAP PCJ 2021-2025](#) ou até que haja necessidade de aprimoramento do regramento estabelecido neste Edital;

3.4. Para o exercício 2024 – Deliberação publicada em 2023

- [Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 456/2023](#), de 16/10/2023, conforme definido em seu preâmbulo: “*Aprova o Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 002/2023, que define critérios gerais para a aplicação de recursos da Cobrança PCJ Federal pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, referentes ao exercício de 2024, na temática de proteção e conservação dos recursos hídricos, e dá outras providências*”.

4. INDICAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS (ÁREAS E PROPOSTAS)

Neste capítulo disponibilizamos as indicações de empreendimentos (áreas e propostas) aprovadas por meio das Deliberações dos Comitês PCJ durante o exercício de 2023.

4.1. Deliberação dos Comitês PCJ nº 445/2023

A [Deliberação dos Comitês PCJ nº 445/2023](#) de 29/06/2023, “*Aprova a indicação de empreendimentos selecionados por meio de Ato Convocatório referente ao Chamamento Público de Projetos nº 002/2022, para financiamento com recursos da Cobrança PCJ Federal, exercício de 2023, e dá outras providências*” conforme Quadro 1 e 2.

Quadro 1 – Classificação de empreendimentos, conforme Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 002/2022.

TOMADOR	OBJETO	PROGRAMA ¹	PDC/ SUB-PDC	VALOR (R\$)
Prefeitura Municipal de Analândia (SP)	Financiamento de intervenção em Saneamento Rural – Projeto Nascentes Analândia – Microbacia do Córrego Cavalheiro	I	3/ 3.1	207.773,19
Prefeitura Municipal de Charqueada (SP)	Intervenções de cercamento em áreas de restauração ecológica e de saneamento em propriedades rurais localizadas nas Sub-bacias dos Córregos Água Branca e Boa Vista, em Charqueada e São Pedro (SP).	I	4/ 4.3 e 3/ 3.1	741.940,61
Prefeitura Municipal de Jundiá (SP)	Prospecção de áreas aptas à restauração ambiental, para compor o BARE – Banco de Áreas para Restauração do Programa Nascentes Jundiá.	I	4/ 4.3	190.500,00
Prefeitura Municipal de Limeira (SP)	Incentivo Econômico a Proprietários Rurais Geradores de Serviços Ambientais – Sub-bacia do Ribeirão Tabajara.	II	4/ 4.2	301.201,77
Prefeitura Municipal de Louveira (SP)	Incentivo Econômico do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais de Louveira – Microbacia do Córrego Fetá.	II	4/ 4.2	435.786,80
Prefeitura Municipal de Piracicaba (SP)	Prospecção de propriedades localizadas nas Microbacias do Ribeirão dos Marins e do Ribeirão Congonhal no Município de Piracicaba (SP), para o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais Municipal.	I	4/ 4.3	240.000,00

¹ Conforme os Programas da Política de Mananciais.

Quadro 2 – Classificação de empreendimentos, na suplência conforme Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 002/2022.

TOMADOR	OBJETO	PROGRAMA ¹	PDC/ SUB-PDC	VALOR (R\$)
Prefeitura Municipal de Atibaia (SP)	Incentivo Econômico, no âmbito do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais – Atibaia.	II	4/4.2	400.000,00

¹ Conforme os Programas da Política de Mananciais.

4.2. Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 457/2023

A [Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 457/2023](#), de 16/10/2023, “Indica área no âmbito do Programa I da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, para contratação com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União – Cobrança PCJ Federal, referente ao exercício 2023”, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Área indicada visando à contratação pela Agência das Bacias PCJ com Recursos da Cobrança PCJ Federal constantes do PAP-PCJ 2021-2025, exercício de 2023, no âmbito do Programa I da Política de Mananciais PCJ.

TOMADOR	OBJETO	PROGRAMA ¹	PDC/ SUB-PDC	VALOR (R\$) ²
Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP)	Diagnóstico Ambiental com Projeto Executivo de Adequação Ambiental em microbacia de interesse para o abastecimento público (Bacia do Córrego Jacutinga) por meio de Projetos Integrais de Propriedade (PIPs).	I	4/ 4.1 e 4.2	521.907,66

¹ Conforme os Programas da Política de Mananciais;

² Valor estimado de acordo com metodologia de cálculo da Agência das Bacias PCJ.

5. EXECUÇÕES

5.1. Projetos Integrais de Propriedade (PIPs).

Mapeamento por meio da elaboração de Projetos Integrais de Propriedade (PIPs). O Quadro 4 apresenta a relação de iniciativas referentes à elaboração de Projetos Integrais de Propriedade (PIPs), conforme Programa I da Política de Mananciais PCJ:

Quadro 4 – Relação de iniciativas – PIPs

ANO	MUNICÍPIO	PROGRAMA	OBJETO	AÇÃO FINANCIÁVEL ¹	MICROBACIAS ABRANGIDAS	Nº DE PROPRIEDADES ABRANGIDAS	ÁREA (HA)	VALOR (R\$)
2023	Rio Claro (SP)	I	Diagnóstico Ambiental com Projeto Executivo de Adequação Ambiental em microbacia de interesse para o abastecimento público (Bacia do	B – Intervenções de Restauração ecológica, podendo ser incluídas intervenções visando reflorestamento, cercamento para isolamento dos fatores de	Microbacia do Córrego do Jacutinga	48	872,04	521.907,66

ANO	MUNICÍPIO	PROGRAMA	OBJETO	AÇÃO FINANCIÁVEL ¹	MICROBACIAS ABRANGIDAS	Nº DE PROPRIEDADES ABRANGIDAS	ÁREA (HA)	VALOR (R\$)
			Córrego Jacutinga) por meio de Projetos Integrais de Propriedade (PIPs).	degradação, controle de erosões necessárias ao referido reflorestamento pleiteado, e saneamento rural, para adequação ambiental de propriedades rurais constantes de PIPs, voltadas à proteção de mananciais de interesse para o abastecimento público				

¹Ações financiáveis conforme PAP 2021-2025

5.2. Restauração em áreas prioritárias

O Quadro 5 apresenta a relação de intervenções de restauração ecológica, conforme diagnóstico ambiental elaborado por meio de Projetos Integrais de Propriedade – PIPs, constante do Banco de Áreas PCJ:

Quadro 5 – Relação de intervenções de restauração ecológica

ANO	MUNICÍPIO	PROGRAMA	OBJETO	AÇÃO FINANCIÁVEL ¹	MICROBACIAS ABRANGIDAS	Nº DE PROPRIEDADES ABRANGIDAS	ÁREA (HA)	VALOR (R\$)
2023	Analândia (SP)	I	Financiamento de intervenção em Saneamento Rural – Projeto Nascentes Analândia – Microbacia do Córrego Cavalheiro	B – Intervenções de Restauração ecológica, podendo ser incluídas intervenções visando reflorestamento, cercamento para isolamento dos fatores de degradação, controle de erosões necessárias ao referido reflorestamento pleiteado, e saneamento rural, para adequação ambiental de propriedades rurais constantes de PIPs, voltadas à proteção de mananciais de interesse para o abastecimento público	1 - Microbacia Córrego do Cavalheiro	04	09	207.773,19
2023	Charqueada (SP)	I	Intervenções de cercamento em áreas de restauração ecológica e de saneamento em	B – Intervenções de Restauração ecológica, podendo ser incluídas intervenções	1 - Microbacia Córrego Água Branca 2 – Microbacia do Córrego Boa Vista	14	24,5	741.940,61

ANO	MUNICÍPIO	PROGRAM A	OBJETO	AÇÃO FINANCIÁVEL ¹	MICROBACIAS ABRANGIDAS	Nº DE PROPRIEDADES ABRANGIDAS	ÁREA (HA)	VALOR (R\$)
			propriedades rurais localizadas nas Sub-bacias dos Córregos Água Branca e Boa Vista, em Charqueada e São Pedro (SP).	visando reflorestamento, cercamento para isolamento dos fatores de degradação, controle de erosões necessárias ao referido reflorestamento pleiteado, e saneamento rural, para adequação ambiental de propriedades rurais constantes de PIPs, voltadas à proteção de mananciais de interesse para o abastecimento público				
TOTAIS					03	18	23,5	949713,80

¹ Ações financiáveis conforme PAP 2021-2025.

A restauração é executada com base nos PIPs elaborados pela Agência das Bacias PCJ por meio de contratação via processo licitatório ou execução direta, pela equipe da Assessoria Ambiental. A responsabilidade pela execução das intervenções requeridas (isolamento dos fatores de degradação – cercamento, preparação, plantio, manutenção) é das instituições parceiras via processo de adoção no [Banco de Áreas PCJ](#), sendo que equipe técnica da Assessoria Ambiental acompanha todo o processo de tramitação e as Unidades Gestoras dos Projetos/Programas (UGPs), a execução e interveniência junto aos proprietários rurais.

5.3. Investimentos em Programas de PSA – Pagamento por Serviços Ambientais

O Quadro 3 apresenta a relação de iniciativas que envolvem o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), conforme Programa II da Política de Mananciais PCJ:

Quadro 6 – Relação de iniciativas – PSA

ANO	MUNICÍPIO	PROGRAMA	OBJETO	AÇÃO FINANCIÁVEL ¹	Nº DE PROPRIEDADES ABRANGIDAS	ÁREA (HA)	VALOR (R\$)
2023	Atibaia (SP)	II	Programa de Pagamento por Serviços Ambientais de Atibaia – PSA – Atibaia	Ação B – Incentivo econômico a proprietários rurais geradores de serviços ambientais visando prestar apoio às ações de um Programa de PSA municipal	-	-	400.000,00
2023	Limeira (SP)	II	Incentivo Econômico a Proprietários Rurais Geradores de Serviços Ambientais – Sub-bacia do Ribeirão Tabajara	Ação B – Incentivo econômico a proprietários rurais geradores de serviços ambientais visando prestar apoio às	15	42,53	301.201,77

ANO	MUNICÍPIO	PROGRAMA	OBJETO	AÇÃO FINANCIÁVEL ¹	Nº DE PROPRIEDADES ABRANGIDAS	ÁREA (HA)	VALOR (R\$)
				ações de um Programa de PSA municipal			
2023	Louveira (SP)	II	Objeto B: Incentivo Econômico em 33 propriedades (área total 186,26 hectares) na microbacia do Córrego Fetá.	Ação B – Incentivo econômico a proprietários rurais geradores de serviços ambientais visando prestar apoio às ações de um Programa de PSA municipal	33	186,26	419.978,22
			Objeto C: Restauração ecológica: contratação de empresa especializada para execução de serviços de restauração florestal (plantio) em 04 propriedades rurais, que totalizam 0,25 hectares de restauro na microbacia do Córrego Fetá	Ação C – Restauração ecológica, podendo ser incluídas no pleito de forma integrada intervenções para reflorestamento, cercamento visando isolamento dos fatores de degradação, controle de erosões e/ou outras técnicas relacionadas à conservação de solo necessárias ao referido reflorestamento, e saneamento rural, voltados à adequação ambiental de propriedades rurais que possuam PIPs, e atreladas a um Programa de PSA municipal	4	0,25	15.808,58
TOTAIS					52	229,04	1.136.988,57

¹Ações financiáveis conforme PAP 2021-2025.

As ações do Programa II encontram-se em execução por meio de contratos de transferência de recursos assinados entre o Agente Financeiro Caixa Econômica Federal e os municípios supracitados. A Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ atua como Agente Técnico. Os desembolsos ocorrerão até o ano de 2025, conforme a vigência de cada contrato e conforme os cronogramas específicos de cada um dos projetos.

A ação encontra-se com execução inferior ao previsto por conta da morosidade ocorrida quando da tramitação da revisão das diretrizes e procedimentos operacionais vigentes, requeridas à inclusão do tema “Política de Mananciais PCJ” no contrato de prestação de serviços firmado entre a Agência das Bacias PCJ e o ente financeiro, com aderência ao PDC 4 – Proteção dos Corpos D’água do Plano das Bacias PCJ.

Todos os dados e informações relacionados às iniciativas relacionadas aos Programas I e II da Política de Mananciais PCJ encontram-se devidamente disponibilizadas, com espacialização no [Banco de Projetos PCJ](#).

5.4. Unidade Coordenadora de Execução

O Quadro 5, apresenta a relação de iniciativas que envolvem Unidades Coordenadoras de Execução para execução de serviços de prospecção e mobilização de proprietários rurais (UCE-Prospecção), conforme Programa I da Política de Mananciais PCJ:

Quadro 7 – Relação de ações através das UCEs

ANO	MUNICÍPIO	PROGRAMA	OBJETO	AÇÃO FINANCIÁVEL ¹	VALOR (R\$)
2023	Jundiá (SP)	I	Prospecção de áreas aptas à restauração ambiental, para compor o BARE – Banco de Áreas para Restauração do Programa Nascentes Jundiá.	A – Unidade Coordenadora de Execução – UCE, Prospecção: contratação de empresa visando prestar apoio na prospecção de áreas em um Projeto/Programa de Proteção de Mananciais municipal	190.500,00
2023	Piracicaba (SP)	I	Prospecção de propriedades localizadas nas Microbacias do Ribeirão dos Marins e do Ribeirão Congonhal no Município de Piracicaba (SP), para o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais Municipal.	A – Unidade Coordenadora de Execução – UCE. Prospecção: contratação de empresa visando prestar apoio na prospecção de áreas em um Projeto/Programa de Proteção de Mananciais municipal	240.000,00
TOTAIS					430.500,00

¹Ações financiáveis conforme PAP 2021-2025.

6. REFERÊNCIAS

Banco de Áreas PCJ – <https://mapas.agenciapcj.org.br/bancodeareas>

Banco de Projetos PCJ – <https://mapas.agenciapcj.org.br/bancodeprojetos>

Comitês PCJ – <https://www.comitespcj.org.br/>

Fundação Agência das Bacias PCJ – Seção da Assessoria Ambiental – <https://agencia.baciaspcj.org.br/assessoria-ambiental/>

Plano Diretor Florestal PCJ – <https://agencia.baciaspcj.org.br/assessoria-ambiental/plano-diretor-florestal/>

Política de Mananciais PCJ – <https://agencia.baciaspcj.org.br/assessoria-ambiental/politica-de-mananciais/>

Programas e Projetos – <https://agencia.baciaspcj.org.br/assessoria-ambiental/programas/>

Relatório Síntese – Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, 2020 a 2035 – <https://drive.google.com/file/d/1RUE-Xg7rjXDKIGJS3bs8sS7wKEB6Oxqx/view?usp=sharing>

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ
Assessoria Ambiental
Diretoria Técnica

Piracicaba, abril de 2024